

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano LXXXII • Nº 136

Poder Legislativo

Recife, sábado, 20 de agosto de 2005



CARLOS OLIVEIRA

PÚBLICO - Cerca de 250 gestores públicos estiveram no seminário sobre orçamento

Painéis encerram evento no Agreste

Participantes elogiaram Alepe e Senado

A História do Parlamento, desde a primeira experiência na Roma Antiga até o momento da crise por que o Poder Legislativo vem passando, foi analisada, ontem, pelo diretor-geral adjunto do Senado, José Alexandre Gazineo, durante o encerramento do 1º Seminário sobre Orçamento Municipal. O evento, que reuniu cerca de 250 representantes de diversos municípios do Estado, entre prefeitos, vereadores, secretários municipais e assessores, foi promovido pela Assembleia Legislativa, por meio da Escola do Legislativo (Elepe), numa parceria com o Senado Federal.

Gazineo destacou diversos momentos da política brasileira, lembrando a atuação do Parlamento na República Velha e suas limitações, após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), pela ditadura militar.

A coordenadora pedagógica da Elepe e coordenadora da Educação a Distância do Interlegis em Pernambuco, Mariza Sposito, orientou os participantes quanto às formas de utilização do Programa Interlegis e de adesão aos cursos de Educação a Distância promovidos pelo Senado Federal/Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Os participantes ainda debateram *O Papel do Vereador e suas Competências*, com o presidente da União dos Vereadores de Pernambuco (UVP), João Batista Rodrigues, e *Os Impactos da Reforma Agrária nos Municípios*, com a superintendente regional do Incra, Maria Oliveira.

Para o diretor do ILB e presidente da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo (Abel), Florian Madruga, e a assistente educacional da Elepe, Lúcia Galindo, o resultado do seminário foi bastante positivo. A intenção, de acordo com eles, é levar, posteriormente, a discussão para as demais regiões do Estado.

"Tenho viajado pelo Brasil participando de seminários semelhantes e acredito que esse teve a presença expressiva dos parlamentares e o apoio decisivo da Assembleia Legislativa", destacou Madruga.

"Como coordenadora do Projeto, acredito que tivemos sucesso. Defendo que a ação seja levada a outras regiões e, para isso, apresentaremos um cronograma à Presidência da Alepe", completou Lúcia Galindo.

O prefeito de São Bento do Una, Padre Aldo (PM-DB), e o vereador de Canhotinho Érico Vilaça (PFL) parabenizaram a Alepe e avaliaram que a iniciativa contribuirá para a administração dos municípios do Agreste.

Uma apresentação de dança afro, do grupo cultural Quilombolas de Castainho, de Garanhuns, encerrou o primeiro dia do seminário.

Uma apresentação de dança afro, do grupo cultural Quilombolas de Castainho, de Garanhuns, encerrou o primeiro dia do seminário.

Rio Una

Comissão acompanha renaturalização da foz

O início dos trabalhos de renaturalização da foz do Rio Una, localizada em São José da Coroa Grande, no Litoral Sul do Estado, foi acompanhada, anteontem, pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa. Com a desobstrução do trecho que está assoreado há cinco anos, o curso das águas voltará ao normal, recuperando o ecossistema da região e o turismo local. O bloqueio surgiu em decorrência de intervenções promovidas pela Prefeitura do município, que alterou o leito do rio após a enchente ocorrida no ano de 2000. A passagem que começou a ser aberta pela escavadeira compreende uma área de 160 quilômetros de extensão por cinco quilômetros de largura.

A obra de recomposição do rio foi recomendada pela Agência Pernambucana de Meio Ambiente e Recursos

Hídricos (CPRH), que emitiu parecer baseado nos impactos ambientais provocados no estuário. Segundo o supervisor de Gestão Florestal e Áreas Protegidas da Agência, Assis Lacerda, "a intervenção formou um banco de areia que está dificultando a comunicação das águas do mar e do rio". Em fevereiro de 2004, a foz estava retomando seu curso natural, mas o processo foi interrompido pelo proprietário rural Francisco Porto, que alegava ser dono do trecho assoreado.

Segundo o promotor de Justiça de São José da Coroa Grande, Luis Sávio Silveira, "Porto utilizou máquinas para construção de diques e contratou operários para colocação de sacos de areias". Sávio acrescentou que o projeto de renaturalização foi operacionalizado pela Assembleia Legislativa, em conjunto com uma equipe multidisciplinar formada por representantes da CPRH, Ibama, Prefeitura de São José da Coroa Grande e da Gerência Regional de Patrimônio da União de Pernambuco (GRPU/PE)".

O presidente da Comissão de Meio Ambiente, Ricardo Teobaldo (PM-DB), destacou que "o colegiado irá acompanhar o caso até o encerramento das escavações". De acordo com o prefeito do município, José Barbosa, a remoção será encerrada em breve. Para a deputada Ceca Ribeiro (PSB), "a Assembleia desempenhou um papel fundamental ao promover audiências públicas, intermediando o debate entre os órgãos envolvidos e Francisco Porto".

Já Isaltino Nascimento (PT) defendeu a recuperação do Rio Una, destacando que "o distrito da Várzea do Una possui um dos três estuários conservados do Estado".

RINALDO MARQUES



ASSOREAMENTO - Manancial estava obstruído há cinco anos, prejudicando o ecossistema

O Centro Médico-Hospitalar da Polícia Militar de Pernambuco foi criado há 64 anos para prestar um melhor serviço médico aos Policiais e Bombeiros Militares e serve a cerca de 80 mil dependentes, com 96 leitos e 200 atendimentos diários na emergência. O mesmo passa por um momento delicado e cabe ao Estado provê-lo de recursos adicionais, uma vez que os principais beneficiários são os Profissionais de Segurança Pública Ostensiva, cujas funções são essenciais para a sociedade.

Sala das Reuniões, em 17 de agosto de 2005
Soldado Moisés Deputado
À 2ª Comissão.

Emenda Nº 32/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1013/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita-se recursos na elaboração da Proposta Orçamentária, assegurando dotação no valor de R\$ 18 milhões possibilitando desta forma, a melhora na execução da Ação 0297 – Assistência Médico-Hospitalar aos Policiais, Bombeiros Militares e seus dependentes.

Texto da Emenda
<p>Acrescer, dentro da Secretaria de Defesa Social, dotação orçamentária de R\$ 18 milhões na Ação 0297 - Assistência Médico-Hospitalar aos Policiais, Bombeiros Militares e seus dependentes, anulando-se em igual valor, dotação orçamentária da Ação 0904 - Inversões em Participação Societária na COMPESA</p>
Justificativa da Emenda
<p>Provedno os profissionais de Segurança Pública Ostensiva de uma assistência médica adequada, tranqüiliza e motiva-os para prestar melhores serviços à comunidade.</p>

Sala das Reuniões, em 17 de agosto de 2005
Soldado Moisés Deputado
À 2ª Comissão.

Emenda Nº 33/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1013/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita-se recursos na elaboração da Proposta Orçamentária, assegurando dotação no valor de R\$ 18 milhões, possibilitando desta forma, a melhora na execução da Ação 0338 – Melhora das Instalações Físicas e Reequipamento do Complexo Hospitalar do CBMPE e da PMPE

Texto da Emenda
<p>Acrescer, dentro da Secretaria de Defesa Social, dotação orçamentária de R\$ 18 milhões na Ação 0338 - Melhora das Instalações Físicas e Reequipamento do Complexo Hospitalar do CBMPE e da PMPE, anulando-se em igual valor, dotação orçamentária da Ação 0904 - Inversões em Participações Societárias na COMPESA</p>
Justificativa da Emenda
<p>O Centro Médico-Hospitalar da Polícia Militar de Pernambuco foi criado há 64 anos para prestar um melhor serviço médico aos Policiais e Bombeiros Militares e serve a cerca de 80 mil dependentes, com 96 leitos e 200 atendimentos diários na emergência. O mesmo passa por um momento delicado e cabe ao Estado provê-lo de recursos adicionais, uma vez que os principais beneficiários são os Profissionais de Segurança Pública Ostensiva, cujas funções são essenciais para a sociedade.</p>

Sala das Reuniões, em 17 de agosto de 2005
Soldado Moisés Deputado
À 2ª Comissão.

Emenda Nº 34/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1013/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita-se recursos na elaboração da Proposta Orçamentária, assegurando dotação no valor de R\$ 1 milhão, possibilitando desta forma, a melhora na execução da Ação 0343 – Promoção de Ensino Fundamental pela SDS

Texto da Emenda
<p>Acrescer, dentro da Secretaria de Defesa Social, dotação orçamentária de R\$ 1 milhão na Ação 0343 - Promoção de Ensino Fundamental pela SDS, anulando-se em igual valor, dotação orçamentária da Ação 0894 - Gestão Administrativa das Ações da SEIN</p>
Justificativa da Emenda
<p>A instituição de ensino tem 3 mil alunos e 250 professores e a presente emenda visa aumentar o número de vagas para os alunos do Ensino Fundamental.</p>

Sala das Reuniões, em 17 de agosto de 2005
Soldado Moisés Deputado
À 2ª Comissão.

Emenda Nº 35/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1013/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita-se recursos na elaboração da Proposta Orçamentária, assegurando dotação no valor de R\$ 1 milhão, possibilitando desta forma, a melhora na execução da Ação 0335– Promoção de Ensino Médio pela SDS

Texto da Emenda
<p>Acrescer, dentro da Secretaria de Defesa Social, dotação orçamentária de R\$ 1 milhão na Ação 0335 - Promoção de Ensino Médio pela SDS, anulando-se em igual valor, dotação orçamentária da Ação 0564</p>
Justificativa da Emenda
<p>A instituição de ensino tem 3 mil alunos e 250 professores e a presente emenda visa aumentar o número de vagas para os alunos do Ensino de 2º Grau.</p>

Sala das Reuniões, em 17 de agosto de 2005
Soldado Moisés Deputado
À 2ª Comissão.

Emenda Nº 36/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1013/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita-se recursos na elaboração da Proposta Orçamentária, assegurando dotação no valor de R\$ 20 milhões, possibilitando desta forma, a melhora na execução da Ação 0338 – Melhora das Instalações Físicas e Reequipamento do Complexo Hospitalar do CBMPE e da PMPE

Texto da Emenda
<p>Acrescer, dentro da Secretaria de Defesa Social, dotação orçamentária de R\$ 20 milhões na Ação 0338 - Melhora das Instalações Físicas e Reequipamento do Complexo Hospitalar do CBMPE e da PMPE, anulando-se em igual valor, dotação orçamentária da Ação 0572 - Gestão Administrativa das ações do DETRAN/PE</p>
Justificativa da Emenda
<p>O Centro Médico-Hospitalar da Polícia Militar de Pemambuco foi criado há 64 anos para prestar um melhor serviço médico aos Policiais e Bombeiros Militares e serve a cerca de 80 mil dependentes, com 96 leitos e 200 atendimentos diários na emergência. O mesmo passa por um momento delicado e cabe ao Estado provê-lo de recursos adicionais, uma vez que os principais beneficiários são os Profissionais de Segurança Pública Ostensiva, cujas funções são essenciais para a sociedade</p>

Sala das Reuniões, em 17 de agosto de 2005
Soldado Moisés Deputado
À 2ª Comissão.

Emenda Nº 37/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1013/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita-se recursos na elaboração da Proposta Orçamentária, assegurando dotação no valor de R\$ 7,5 milhões, possibilitando desta forma, a melhora na execução da Ação 0254– Construção, Melhoria e Reaparelhamento Operacional das Unidades do CBMPE

Texto da Emenda
<p>Acrescer, dentro da Secretaria de Defesa Social, dotação orçamentária de R\$ 7,5 milhões na Ação 0254 - Construção, Melhoria e Reaparelhamento Operacional das Unidades do CBMPE, anulando-se em igual valor, dotação orçamentária da Ação 0841 - Encargos com Condenações e Acordos Judiciais da Administração Direta</p>

Justificativa da Emenda
<p>Salvar vidas e patrimônios não é apenas uma obrigação desses valorosos profissionais, é um sacerdócio. Uma profissão de amor e fé executada por mais de dois mil profissionais em Pernambuco. Um melhor aparelhamento da Corporação viabiliza ainda mais a missão de salvar vidas e patrimônios.</p>

Sala das Reuniões, em 17 de agosto de 2005
Soldado Moisés Deputado
À 2ª Comissão.

Emenda Nº 38/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1013/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita-se recursos na elaboração da Proposta Orçamentária, assegurando dotação no valor de R\$ 7,5 milhões, possibilitando desta forma, a melhora na execução da Ação 0304– Controle de Incêndio, Prevenção e Atendimento Pré-Hospitalar

Texto da Emenda
<p>Acrescer, dentro da Secretaria de Defesa Social, dotação orçamentária de R\$ 7,5 milhões na Ação 0304– Controle de Incêndio, Prevenção e Atendimento Pré-Hospitalar, anulando-se em igual valor, dotação orçamentária da Ação 0841 - Encargos com condenações e Acordos Judiciais da Administração Direta</p>
Justificativa da Emenda
<p>Se o Corpo de Bombeiros tem como lema salvar vidas e patrimônios, o Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar tem no salvamento urgente de vidas o maior trabalho. A viabilização de mais recursos, portanto, pode auxiliar, e muito, este grupamento na salvação de vidas em todo o Estado de Pernambuco.</p>

Sala das Reuniões, em 17 de agosto de 2005
Soldado Moisés Deputado
À 2ª Comissão.

Emenda Nº 39/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1013/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita aos anexos da Lei 12.427 de 25 de setembro de 2003, através do Projeto de Lei nº 1013/2005, da Revisão do PPA 2004-2007.

Texto da Emenda
<p>Art. 1º. Adita aos anexos da Lei 12.427 de 25 de setembro de 2003, através do Projeto de Lei nº 1013/2005, da Revisão do PPA 2004-2007, na Secretaria de Saúde, Unidade Orçamentária 23010, dentro do Programa: 0234 – Assistência de qualidade à saúde, na Ação: 0876 - Melhoria das Instalações Físicas e Equipagem dos Hospitais e Laboratórios Municipais, recursos discriminados pelo artigo 2º desta proposição.</p>

Art. 2º. As alterações previstas no artigo 1º, desta emenda, estão assim representadas:

Programa:
ASSISTÊNCIA DE QUALIDADE À SAÚDE
Objetivo:
Ampliar o acesso da população à assistência, à saúde de qualidade
Ação:
MELHORIA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E EQUIPAGEM DOS LABORATÓRIOS MUNICIPAIS
Finalidade:
Recuperar e equipar os hospitais municipais e laboratórios para um melhor atendimento à população.
Tipo:
Projeto
Valores:
Para 2006 R\$ 50.000,00.
Produto:
Instalação construída ou reformada
Unidade de Medida:
Unidade
Metas:
1

<i>Regionalização:</i> RD 07 - Agreste Meridional
<p>Art. 3º. Os recursos para fazer face a alteração aqui proposta estão abaixo representado:</p>
FONTE: <i>Unidade Orçamentária:</i> 35010 - Secretaria de Infra-Estrutura <i>Programa:</i> 0259 - Gestão da Política de Ação da Secretaria de Infra-Estrutura. <i>Ação:</i> 0904 - Inversões em Participações Societária da Compesa. <i>Valor:</i> 2006 R\$ 50.000,00.

Justificativa da Emenda
<p>É importante a implementação da emenda, tendo em vista a necessidade da interiorização do Atendimento da Saúde, para facilitar o acesso da população do Agreste Meridional às unidades hospitalares. A medida visa também viabilizar a Municipalização do Sistema de Saúde, atendendo à Legislação Federal.</p>
Sala das Reuniões, em 19 de agosto de 2005
Roberto Leandro Deputado
À 2ª Comissão.

Emenda Nº 40/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1013/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Anexos
Ementa: Adita aos anexos da Lei 12.427 de 25 de setembro de 2003, através do Projeto de Lei nº 1013/2005, da Revisão do PPA 2004-2007.

Texto da Emenda
<p>Art. 1º. Adita aos anexos da Lei 12.427 de 25 de setembro de 2003, através do Projeto de Lei nº 1013/2005, da Revisão do PPA 2004-2007, na Secretaria de Infra Estrutura, Unidade Orçamentária 350010 dentro do Programa 0268. Distrito de Fernando de Noronha.</p>
<p>Art. 2º. As alterações previstas no artigo 1º, desta emenda, estão assim representadas:</p>

Programa:
DESENVOLVIMENTO DE INFRA ESTRUTURA EM MUNICÍPIOS E NO DISTRITO DE FERNANDO DE NORONHA.
Objetivo:
PROMOVER A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE INFRA ESTRUTURA VOLTADA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO ECONÔMICO DO ESTADO.
Ação:
EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA ESTRUTURA EM MUNICÍPIOS.
Finalidade:
MELHORAR AS CONDIÇÕES DE INFRA ESTRUTURA EM DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO.
Tipo:
PROJETO
Valores:
Para 2006 R\$ 50.000,00.
Produto:
OBRA IMPLANTADA/PRESERVADA.
Unidade de Medida:
UNIDADE. 1
Metas:
1
Regionalização:
AGRESTE CENTRAL.

Art. 3º. Os recursos para fazer face a alteração aqui proposta estão abaixo representado:

FONTE:
Unidade Orçamentária:
60030 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TURISMO E ESPORTES.
Programa:
0183 – APOIO ADMINISTRATIVO ÀS AÇÕES DA AGÊNCIAS CONDEPE/FIDEM.
Ação:
0658 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DAS AÇÕES DA AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM.
Valor:
2006 R\$ 50.000,00.

Justificativa da Emenda
<p>É importante a implementação da emenda, pois os cuidados com os canais são essenciais para a Saúde e Segurança da população. O investimento em infra-estrutura sanitária traz, além da melhoria das condições de vida da população, economias para o Poder Público por diminuir a incidência de doenças, especialmente aquelas transmitidas por animais.</p>
Sala das Reuniões, em 19 de agosto de 2005
Roberto Leandro Deputado
À 2ª Comissão.

METAS 1 REGIONALIZAÇÃO RD 06 - Sertão do Moxotó (município de Sertânia)
Art. 3.º - Os recursos para fazer face a alteração aqui proposta estão abaixo representados Fonte: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 11040 - Casa Militar - Adminitração Direta PROGRAMA 0073 - Segurança Governamental Especial AÇÃO 0080 - Ações de Segurança das Autoridades Governamentais e Dignatárias VALOR 2006 - R\$ 200.000,00

Justificativa da Emenda
A construção de 25 casas em alvenaria na Rua Treze de Maio, em substituição as de taipa existentes visa garantir segurança e condições de moradia condignas às famílias carantes dessa artéria.

Sala das Reuniões, em 18 de agosto de 2005
Sérgio Leite Deputado
À 2ª Comissão.

Emenda N° 47/2005

Relativa à Proposição: Projeto de Lei Ordinária N° 1013/2005
Publicação:02/08/2005 Ano: 2005
Ementa: Adita aos anexos da Lei 12.427, de 25 de setembro de 2003, através do Projeto de Lei 1.013/2005, da revisão do PPA 2004/2007.

Texto da Emenda
Art. 1.º - Adita aos anexos da Lei 12427, de 25 de setembro de 2003, através do Projeto de Lei 1013/2005, da revisão do PPA 2004/2007, na Unidade Orçamentária 65070 - Compesa, Programa 0237- Programa Águas de Pernambuco - Sistema de Esgotamento Sanitário, Ação 0965 - Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário, os recursos discriminados pelo Artigo 2.º .

Art. 2.º - As alterações previstas no Artigo 1.º desta emenda estão assim representadas: AÇÃO 0965 - Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário, particularmente na Rua Treze de Maio, no município de Sertânia. FINALIDADE Melhorar a qualidade de vida da população urbana residente em localidade desprovida de sistema de esgotamento sanitário, contribuindo para a preservação do meio ambiente, através da implantação de novos sistemas. TIPO Projeto VALORES Para 2006 - R\$ 600.000,00 PRODUTO Sistema implantado UNIDADE DE MEDIDA Percentual de execução física METAS 1 REGIONALIZAÇÃO RD 06 - Sertão do Moxotó (município de Sertânia)
--

Art. 3.º - Os recursos para fazer face a alteração aqui proposta estão abaixo representados Fonte: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 17010 - Gabinete Civil - Administração Direta PROGRAMA 0009 - Promoção da Divulgação Oficial do Governo do Estado AÇÃO 0006 - Divulgação governamental em todos os meios de comunicação VALOR 2006 - R\$ 600.00,00

Justificativa da Emenda
A Rua Treze de Maio, área das mais carentes do município de Sertânia necessita da implantação de um sistema de esgotamento sanitário, o que proporcionará a seus moradores melhores condições de saúde e moradia.
Sala das Reuniões, em 18 de agosto de 2005
Sérgio Leite Deputado
À 2ª Comissão.

Emenda N° 48/2005

Relativa à Proposição: Projeto de Lei Ordinária N° 1013/2005

Publicação:02/08/2005 Ano: 2005
Ementa: Adita aos anexos da Lei 12.427, de 25 de setembro de 2003, através do Projeto de Lei 1.013/2005, da revisão do PPA 2004/2007.

Texto da Emenda
Art. 1.º - Adita aos anexos da Lei 12427, de 25 de setembro de 2003, através do Projeto de Lei 1013/2005, da revisão do PPA 2004/2007, na Unidade Orçamentária 39010 - Secretaria de Defesa Social, Programa 0331 - Construção e Melhoria das Unidades da SDS, Ação 0339 - Modernização e Adequação das Unidades de Segurança do Estado, os recursos discriminados pelo Artigo 2.º .

Art. 2.º - As alterações previstas no Artigo 1.º desta emenda estão assim representadas: AÇÃO 0339 - Modernização e Adequação das Unidades de Segurança do Estado, particularmente a implantação de uma Delegacia Especializada da Mulher na cidade de Paulista. FINALIDADE Prover as unidades de segurança de condições físicas e equipamentos adequados ao pleno funcionamento das ações policias. TIPO Projeto VALORES Para 2006 - R\$ 200.000,00 PRODUTO Unidade implantada UNIDADE DE MEDIDA Unidade METAS 1 REGIONALIZAÇÃO RD 12 - Região Metropolitana (município de Paulista)

Art. 3.º - Os recursos para fazer face a alteração aqui proposta estão abaixo representados Fonte: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 65100 - Detran / PE PROGRAMA 0229 - Educação Para o Trânsito AÇÃO 0568 - Habilitação de Condutores VALOR 2006 - R\$ 200.00,00
--

Justificativa da Emenda
Em decorrência do aumento significativo da violência contra a mulher no município do Paulista, faz-se necessário a implantação de uma Delegacia Especializada da Mulher no município.

Sala das Reuniões, em 18 de agosto de 2005
Sérgio Leite Deputado
À 2ª Comissão.

Emenda N° 49/2005

Relativa à Proposição: Projeto de Lei Ordinária N° 1013/2005 Publicação:02/08/2005 Ano: 2005
Ementa: Adita aos anexos da Lei 12.427, de 25 de setembro de 2003, através do Projeto de Lei 1.013/2005, da revisão do PPA 2004/2007.

Texto da Emenda
Art. 1.º - Adita aos anexos da Lei 12427, de 25 de setembro de 2003, através do Projeto de Lei 1013/2005, da revisão do PPA 2004/2007, na Unidade Orçamentária 39010 - Secretaria de Defesa Social, Programa 0331 - Construção e Melhoria das Unidades da SDS, Ação 0339 - Modernização e Adequação das Unidades de Segurança do Estado, os recursos discriminados pelo Artigo 2.º .

Art. 2.º - As alterações previstas no Artigo 1.º desta emenda estão assim representadas: AÇÃO 0339 - Modernização e Adequação das Unidades de Segurança do Estado, particularmente a implantação de uma Delegacia Especializada da Mulher na cidade de Palmares FINALIDADE Prover as unidades de segurança de condições físicas e equipamentos adequados ao pleno funcionamento das ações policias. TIPO Projeto VALORES Para 2006 - R\$ 200.000,00 PRODUTO Unidade implantada UNIDADE DE MEDIDA Unidade METAS 1 REGIONALIZAÇÃO RD 10 - Mata Sul (município de Palmares)
--

Art. 3.º - Os recursos para fazer face a alteração aqui proposta estão abaixo representados

Fonte: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 65100 - Detran / PE PROGRAMA 0229 - Educação Para o Trânsito AÇÃO 0568 - Habilitação de Condutores VALOR 2006 - R\$ 200.00,00

Justificativa da Emenda
Em decorrência do aumento significativo da violência contra a mulher no município do Palmares, faz-se necessário a implantação de uma Delegacia Especializada da Mulher no município.

Sala das Reuniões, em 19 de agosto de 2005
Sérgio Leite Deputado
À 2ª Comissão.

Emenda N° 50/2005

Relativa à Proposição: Projeto de Lei Ordinária N° 1013/2005
Publicação:02/08/2005 Ano: 2005
Ementa: Adita aos anexos da Lei 12.427, de 25 de setembro de 2003, através do Projeto de Lei 1.013/2005, da revisão do PPA 2004/2007.

Texto da Emenda
Art. 1.º - Adita aos anexos da Lei 12427, de 25 de setembro de 2003, através do Projeto de Lei 1013/2005, da revisão do PPA 2004/2007, na Unidade Orçamentária 63010 - Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, Programa 0192 - Ações Comunitárias do Estado, Ação 0552 - Implantação e Reforma de Equipamentos Sociais, os recursos discriminados pelo Artigo 2.º .

Art. 2.º - As alterações previstas no Artigo 1.º desta emenda estão assim representadas: AÇÃO 0552 - Implantação e Reforma de Equipamentos Sociais, particularmente a construção de um skate parque no Bairro Novo, em Camaragibe. FINALIDADE Propiciar melhoria funcional nos equipamentos sociais. TIPO Atividade VALORES Para 2006 - R\$ 300.000,00 PRODUTO Equipamento implantado UNIDADE DE MEDIDA Unidade METAS 1 REGIONALIZAÇÃO RD 12 - Região Metropolitana (município de Camaragibe)

Art. 3.º - Os recursos para fazer face a alteração aqui proposta estão abaixo representados Fonte: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 42040 - Agência Estadual de Tecnologia da Informação PROGRAMA 0312 - Apoio Administrativo às Ações da ATI AÇÃO 1094 - Gestão Administrativa das Ações da ATI VALOR 2006 - R\$ 300.00,00
--

Justificativa da Emenda
A cidade de Camaragibe tem uma população jovem significativa que não dispõe de espaço apropriado para a realização de eventos culturais, bem como a prática de esportes radicais próprios das pessoas nessa faixa etária. Daí a presente proposição para a implantação de um skate parque no Bairro Novo em local já desafetado pelo Poder Municipal local.

Sala das Reuniões, em 18 de agosto de 2005
Sérgio Leite Deputado
À 2ª Comissão.

Emenda N° 51/2005

Relativa à Proposição: Projeto de Lei Ordinária N° 1013/2005
Publicação:02/08/2005 Ano: 2005
Ementa: Adita aos anexos da Lei 12.427, de 25 de setembro de 2003, através do Projeto de Lei 1.013/2005, da revisão do PPA 2004/2007.

Texto da Emenda

Art. 1.º - Adita aos anexos da Lei 12427, de 25 de setembro de 2003, através do Projeto de Lei 1013/2005, da revisão do PPA 2004/2007, na Unidade Orçamentária 63010 - Ações Comunitárias do Estado, Programa 0192 - Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, Ação 0552 - Implantação e Reforma de Equipamentos Sociais, os recursos discriminados pelo Artigo 2.º .
--

Art. 2.º - As alterações previstas no Artigo 1.º desta emenda estão assim representadas: AÇÃO 0552 - Implantação e Reforma de Equipamentos Sociais, particularmente a construção de uma quadra poliesportiva na Vila Arraes, no bairro da Várzea. FINALIDADE Propiciar melhoria funcional nos equipamentos sociais. TIPO Atividade VALORES Para 2006 - R\$ 300.000,00 PRODUTO Equipamento implantado UNIDADE DE MEDIDA Unidade METAS 1 REGIONALIZAÇÃO RD 12 - Região Metropolitana (Vila Arraes, Várzea - Recife)

Art. 3.º - Os recursos para fazer face a alteração aqui proposta estão abaixo representados Fonte: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 35010 - Secretaria de Infra Estrutura - Administração Direta PROGRAMA 0259 - Gestão da Política de Ação da Secretaria de Infra Estrutura AÇÃO 0904 - Inversões em Participação Societária na Compesa VALOR 2006 - R\$ 300.00,00
--

Justificativa da Emenda
A Vila Arraes, no bairro da Várzea, é uma localidade densamente povoada, mas que carece de espaços e equipamentos adequados para a prática de esporte, lazer e entretenimento, sobretudo para jovens e adolescentes, maioria entre as pessoas que habitam naquela área. A construção de uma quadra poliesportiva irá melhorar a qualidade de vida na comunidade.

Sala das Reuniões, em 18 de agosto de 2005
Sérgio Leite Deputado
À 2ª Comissão.

Emenda N° 52/2005

Relativa à Proposição: Projeto de Lei Ordinária N° 1013/2005
Publicação:02/08/2005 Ano: 2005
Ementa: Adita aos anexos da Lei 12.427, de 25 de setembro de 2003, através do Projeto de Lei 1.013/2005, da revisão do PPA 2004/2007.

Texto da Emenda
Art. 1.º - Adita aos anexos da Lei 12427, de 25 de setembro de 2003, através do Projeto de Lei 1013/2005, da revisão do PPA 2004/2007, na Unidade Orçamentária 63010 - Ações Comunitárias do Estado, Programa 0192 - Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, Ação 0552 - Implantação e Reforma de Equipamentos Sociais, os recursos discriminados pelo Artigo 2.º .

Art. 2.º - As alterações previstas no Artigo 1.º desta emenda estão assim representadas: AÇÃO 0552 - Implantação e Reforma de Equipamentos Sociais, particularmente a construção de uma quadra poliesportiva no Loteamento Novo Caxangá. FINALIDADE Propiciar melhoria funcional nos equipamentos sociais. TIPO Atividade VALORES Para 2006 - R\$ 300.000,00 PRODUTO Equipamento implantado UNIDADE DE MEDIDA Unidade METAS 1 REGIONALIZAÇÃO RD 12 - Região Metropolitana (Loteamento Novo Caxangá - Recife)
--

Art. 3.º - Os recursos para fazer face a alteração aqui proposta estão abaixo representados Fonte: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 35010 - Secretaria de Infra Estrutura - Administração Direta PROGRAMA 0259 - Gestão da Política de Ação da Secretaria de Infra Estrutura AÇÃO 0904 - Inversões em Participação Societária na Compesa VALOR 2006 - R\$ 300.00,00
--

Justificativa da Emenda

O Loteamento Novo Caxangá, é uma localidade carente de espaços e equipamentos apropriados para a prática de esporte, lazer e entretenimento para crianças, jovens e adultos. A construção de uma quadra poliesportiva irá melhorar a qualidade de vida na comunidade, objeto desta proposição.

Sala das Reuniões, em 18 de agosto de 2005

Sérgio Leite
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 53/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1013/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita aos anexos da Lei 12.427, de 25 de setembro de 2003, através do Projeto de Lei 1.013/2005, da revisão do PPA 2004/2007.

Texto da Emenda

Art. 1.º - Adita aos anexos da Lei 12427, de 25 de setembro de 2003, através do Projeto de Lei 1013/2005, da revisão do PPA 2004/2007, na Unidade Orçamentária 33010 - Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, Programa 0216 - Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente, Ação 0559 - Implementação de Ações de Centros da Juventude, os recursos discriminados pelo Artigo 2.º .

Art. 2.º - As alterações previstas no Artigo 1.º desta emenda estão assim representadas:
AÇÃO
0559 Implementação de Ações de Centros da Juventude, particularmente a implementação de um Centro da Juventude em Camaragibe.
FINALIDADE
Promover ações sócio-educativas, visando a auto estima do jovem carente, contribuindo para a ressocialização dos jovens em situação de risco pessoal e social.
TIPO
Atividade
VALORES
Para 2006 - R\$ 140.000,00
PRODUTO
Ação implementada
UNIDADE DE MEDIDA
Unidade
METAS
1
REGIONALIZAÇÃO
RD 12 - Região Metropolitana (município de Camaragibe)

Art. 3.º - Os recursos para fazer face a alteração aqui proposta estão abaixo representados
Fonte:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
12010 - Secretaria de Administração e Reforma do Estado
PROGRAMA
0111 - Apoio Administrativo às Ações da SARE
AÇÃO
0502 - Gestão Administrativa das Ações da SARE
VALOR
2006 - R\$ 140.00,00

Justificativa da Emenda

O município de Camaragibe, a exemplo dos grandes centros urbanos, padece dos mesmos problemas tais como crianças e adolescentes desassistidos que vivem em situação de risco pessoal e social, o que justifica plenamente a implantação da ação ora proposta.

Sala das Reuniões, em 18 de agosto de 2005

Sérgio Leite
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 54/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1013/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita aos anexos da Lei 12.427, de 25 de setembro de 2003, através do Projeto de Lei 1.013/2005, da revisão do PPA 2004/2007.

Texto da Emenda

Art. 1.º - Adita aos anexos da Lei 12427, de 25 de setembro de 2003, através do Projeto de Lei 1013/2005, da revisão do PPA 2004/2007, na Unidade Orçamentária 33000 - Secretaria de Desenvolviemtno Social e Cidadania, Programa 0298 - Ampliação dos Serviços de Orientação e Defesa dos Direitos do Consumidor - Ação 0881 - Instalação de Unidades do Procon no Estado, os recursos discriminados pelo Artigo 2.º .
Art. 2.º - As alterações previstas no Artigo 1.º desta emenda

estão assim representadas:
AÇÃO
Ação 0881 - Instalação de Unidades do Procon no Estado, particularmente no município do Paulista.
FINALIDADE
Ampliar o atendimento do Procon aos Consumidores do Estado.
TIPO
Projeto
VALORES
Para 2006 - R\$ 200.000,00
PRODUTO
Ação implantada
UNIDADE DE MEDIDA
Unidade
METAS
1
REGIONALIZAÇÃO
RD 12 - Região Metropolitana (município de Paulista)

Art. 3.º - Os recursos para fazer face a alteração aqui proposta estão abaixo representados
Fonte:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
35010 - Secretaria de Infra Estrutura - Administração Direta
PROGRAMA
0259 - Gestão da Política de Ação da Secretaria de Infra Estrutura
AÇÃO
0904 - Inversões em Participação Societária na Compesa
VALOR
2006 - R\$ 200.00,00

Justificativa da Emenda

O alto índice de ações contra fornecedores e concessionários de serviços públicos, principalmente energia elétrica, telefonia e planos de saúde, no município de Paulista, exige que seja imediatamente implantada uma uinidade do Procon no município.

Sala das Reuniões, em 18 de agosto de 2005

Sérgio Leite
Deputado

À 2ª Comissão.

Emendas ao Projeto nº 1014 - LDO - 2006

Emenda Nº 10/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1014/2005
Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita-se parágrafo único ao artigo 4º do Capítulo I, do Projeto de Lei nº 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Poder Executivo.

Texto da Emenda

Art. 1º. Adita-se Parágrafo Único ao artigo 4º do Capítulo I, do Projeto de Lei nº 1014/2005, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 4º.

Parágrafo Único - A destinação de que trata o “caput” desse artigo, terá como uma das fontes o Fundo de Responsabilidade Social, instituído pela Lei nº 12.824 de 06/06/2005.”

Justificativa da Emenda

O parágrafo ora acrescentado visa direcionar as ações dos programas priorizados na Lei que instituiu o Fundo de Responsabilidade Social, aos municípios que tiverem menor índice de desenvolvimento humano.

Sala das Reuniões, em 18 de agosto de 2005

Isaltino Nascimento
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 11/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1014/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita-se inciso ao parágrafo 2º, do artigo 5º, do Capítulo II, do Projeto de Lei nº 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Poder Executivo.

Texto da Emenda

Art. 1º. Adita-se inciso ao parágrafo 2º, do artigo 5º, do Capítulo II, do Projeto de Lei nº 1014/2005, passando a ter a seguinte redação:

“ Art. 5º.

§ 1º.

§ 2º.

- Demonstrativo do quadro com a previsão das receitas e despesas a serem realizadas pelo Fundo de Responsabilidade Social, instituído pela Lei 12.824 de 06/06/2005.”

Justificativa da Emenda

O inciso ora acrescentado visa demonstrar para a sociedade a previsão em números da aplicação dos recursos do referido Fundo.

Sala das Reuniões, em 18 de agosto de 2005

Isaltino Nascimento
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 12/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1014/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita-se novo inciso ao parágrafo 2º do artigo 5º do Capítulo V, do Projeto de Lei nº 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Poder Executivo.

Texto da Emenda

Art. 1º. Adita- se inciso ao parágrafo 2º do artigo 5º do Projeto de Lei nº 1014/2005, com a redação dada a seguir:

Art. 5º.

§ 1º

§ 2º.

- O Poder Executivo, demonstrará quadro detalhado da previsão das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino de acordo com o que a legislação exige.

Justificativa da Emenda

A proposta pretende apresentar no orçamento estadual as fonte de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino no Estado de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 18 de agosto de 2005

Isaltino Nascimento
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 13/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1014/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita-se artigo, no Capítulo VI, Das Disposições Gerais, do Projeto de Lei nº 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Poder Executivo.

Texto da Emenda

Art. 1º. Adita-se novo artigo no Capítulo VI, Das Disposições Gerais, do Projeto de Lei nº 1014/2005, com a redação dada a seguir:

Art. As emendas parlamentares serão apresentadas no orçamento fiscal e de investimento das empresas por subtítulo.”

Justificativa da Emenda

A proposta aqui apresentada permite fazer discriminação das emendas parlamentares para um melhor acompanhamento da sua execução. O modelo atualmente utilizado não discrimina a contento as referidas emendas.

Sala das Reuniões, em 18 de agosto de 2005

Isaltino Nascimento
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 14/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1014/2005
Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita-se um novo artigo, no Capítulo VI, Das Disposições Gerais, do Projeto de Lei nº 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Poder Executivo.

Texto da Emenda

Art. 1º. Adita-se artigo, no Capítulo VI, Das Disposições Gerais, do Projeto de Lei nº 1014/2005, com a redação dada a seguir:

“Art. O Poder Executivo realizará no exercício de 2006 as despesas incluídas através das emendas parlamentares, oriundas da Reserva de Contingência e enviará à Assembléia Legislativa até o dia 30, após o final de cada bimestre, o demonstrativo de sua realização.”

Justificativa da Emenda

O artigo acrescentado visa fazer com que o Poder Executivo execute as emendas parlamentares oriundas das reservas parlamentares, da reserva de contingência. No Congresso Nacional as emendas parlamentares, independentemente do autor, se de situação ou oposição são executadas por negociação, não há nenhuma razão para, aqui em Pernambuco, não ser respeitado este direito, uma vez que sua inclusão no orçamento já foi negociado com o próprio Poder Executivo.

Sala das Reuniões, em 18 de agosto de 2005

Isaltino Nascimento
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 15/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1014/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita-se novo artigo, no Capítulo VI, Das Disposições Gerais, do Projeto de Lei nº 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Poder Executivo.

Texto da Emenda

Art. 1º. Adita-se artigo, no Capítulo VI, Das Disposições Gerais, do Projeto de Lei nº 1014/2005, passando a ter a seguinte redação:

“Art. Será enviada à Assembléia Legislativa, para fins de acompanhamento, até o dia 28 de fevereiro de 2006, relação em ordem de prioridade das inscrições de precatórios, a serem pagos no exercício financeiro de 2006, bem como após a publicação do relatório resumido da execução orçamentária, demonstrativo detalhado da execução dessas despesas.

Justificativa da Emenda

É fundamental que o legislativo acompanhe a execução dessas despesas que constitucionalmente tem que ser inscrita até 1º julho do ano anterior a sua realização.

Sala das Reuniões, em 18 de agosto de 2005

Isaltino Nascimento
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 16/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1014/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita-se novo artigo, no Capítulo VI, Das Disposições Gerais, do Projeto de Lei nº 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Poder Executivo.

Texto da Emenda

Art. 1º. Adita-se artigo, no Capítulo VI, Das Disposições Gerais, do Projeto de Lei nº 1014/2005, com a redação dada a seguir:

“Art. O Poder Executivo, incluirá no orçamento de 2006 as emendas parlamentares, que tiveram como fonte as reservas parlamentares, da reserva de contingência para o exercício de 2005 não executadas e não tenham previsão financeira para sua realização.”

Justificativa da Emenda

É fundamental que as emendas parlamentares sejam incluídas no exercício de 2006 se não tenham previsão financeira.

Sala das Reuniões, em 18 de agosto de 2005

Isaltino Nascimento
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 17/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1014/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita-se novo artigo, ao Capítulo VI, Das Disposições Gerais, do Projeto de Lei nº 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Poder Executivo.

Texto da Emenda

Art. 1º. Adita-se artigo, no Capítulo VI, Das Disposições Gerais, do Projeto de Lei nº 1014/2005, com a redação dada a seguir:

“Art. O Poder Executivo, demonstrará quadro detalhado da previsão das receitas e despesas com Fundo de Erradicação da Pobreza.”

Justificativa da Emenda

A proposta pretende apresentar no orçamento estadual as fonte de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino no Estado de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 18 de agosto de 2005

Isaltino Nascimento

Deputado
À 2ª Comissão.

Emenda Nº 18/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1014/2005
Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Modifica o artigo 11, Seção I, Capítulo III, do Projeto de Lei nº 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Poder Executivo

Texto da Emenda

Art. 1º. Modifica o artigo 11, Seção I, Capítulo III, do Projeto de Lei nº 1014/2005, que passa a figurar com a seguinte redação:

“Artigo 11. A programação orçamentária do Governo do Estado de Pernambuco para o exercício de 2006 contemplará os programas e ações estabelecidos para o referido período no Plano Plurianual 2004/2007, incluído programas, projeto e atividades oriundas de emendas parlamentares não executadas consideradas as alterações introduzidas mediante leis específicas e, se for o caso, pela revisão de que trata a Emenda Constitucional nº 22, de janeiro de 2003, compatibilizada, ainda, física e financeiramente, aos níveis da receita e da despesa preconizados nas metas fiscais, constantes dos quadros A e C do Anexo I da presente Lei.”

Justificativa da Emenda

A emenda que propomos visa lembrar o Poder Executivo da importância das emendas parlamentares, uma vez que o Congresso Nacional independente de partido político o Poder Executivo as executa.

Sala das Reuniões, em 18 de agosto de 2005

Isaltino Nascimento
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 19/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1014/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita-se novo inciso ao parágrafo 2º do artigo 5º do Capítulo V, do Projeto de Lei nº 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Poder Executivo.

Texto da Emenda

Art. 1º. Adita- se inciso ao parágrafo 2º do artigo 5º do Projeto de Lei nº 1014/2005, com a redação dada a seguir:

“Art. 5º.

§ 1º

§ 2º

- O Poder Executivo, demonstrará quadro detalhado da previsão das receitas e despesas em ações e serviços públicos de saúde de acordo com o que a legislação exige.”

Justificativa da Emenda

A proposta pretende apresentar no orçamento estadual as fonte de financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Sala das Reuniões, em 18 de agosto de 2005

Isaltino Nascimento
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 20/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1014/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita o parágrafo único ao artigo 7º, do capítulo II, do Projeto de Lei Ordinária 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Poder Executivo

Texto da Emenda

Artigo 1º. Adita o parágrafo único ao artigo 7º, do capítulo II, do Projeto de Lei Ordinária 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Pode Executivo, com a seguinte redação:

“Artigo 7º.

Parágrafo único. As categorias de programação de que trata o caput deste artigo, serão apresentadas por subtítulo.

Justificativa da Emenda

A proposição em epígrafe visa dar maior detalhamento às ações propostas pelos parlamentares.

Sala das Reuniões, em 19 de agosto de 2005

Isaltino Nascimento
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 21/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1014/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita alínea, ao Inciso I do artigo 8º, do capítulo II, do Projeto de Lei Ordinária 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Poder Executivo.

Texto da Emenda

Artigo 1º. Adita alínea, ao Inciso I do artigo 8º, do capítulo II, do Projeto de Lei Ordinária 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Pode Executivo, com a seguinte redação:

“Artigo 8º.
I -

- a)
b)
c)
d)

e) subtítulo – ações criadas ou reforçadas pelas emendas parlamentares que tiveram como fonte as reservas parlamentares, da reserva de contingência. “

Justificativa da Emenda

A proposição em epígrafe visa dar maior detalhamento às ações propostas pelos parlamentares.

Sala das Reuniões, em 19 de agosto de 2005

Isaltino Nascimento
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 22/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1014/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Adita artigo, ao capítulo I, do Projeto de Lei Ordinária 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Poder Executivo.

Texto da Emenda

Artigo 1º. Adita artigo, ao capítulo I, do Projeto de Lei Ordinária 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Pode Executivo, com a seguinte redação:

“Artigo. Na destinação dos recursos relativos à capacitação de professores, será conferida prioridade às que puderem contribuir ao combate à discriminação à diversidade sexual.

Justificativa da Emenda

A proposição vem colaborar com o combate à discriminação à diversidade sexual no âmbito da rede pública escolar no estado.

Sala das Reuniões, em 19 de agosto de 2005

Isaltino Nascimento
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 23/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1014/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Modifica o parágrafo 1º, do artigo 8º, do capítulo II, do Projeto de Lei Ordinária 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Poder Executivo.

Texto da Emenda

Artigo 1º. Modifica o parágrafo 1º, do artigo 8º, do capítulo II, do Projeto de Lei Ordinária 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Poder Executivo, que passa a figurar com a seguinte redação:

“Artigo 8º.....

Parágrafo 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades, e operações especiais, por subtítulo, conforme as especificações descritas neste artigo, indicando ainda a unidade orçamentária responsável por sua realização.

Justificativa da Emenda

A proposição em epígrafe visa dar maior detalhamento às ações propostas pelos parlamentares.

Sala das Reuniões, em 19 de agosto de 2005

Isaltino Nascimento
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 24/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1014/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Modifica o artigo 9º, do capítulo II, do Projeto de Lei Ordinária 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Poder Executivo.

Texto da Emenda

Artigo 1º. Modifica o artigo 9º, do capítulo II, do Projeto de Lei Ordinária 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Poder Executivo, que passa a figurar com a seguinte redação:

“Artigo 9º Os projetos, atividades, e operações especiais, de que trata o artigo anterior, serão classificados por subtítulos de acordo com o artigo 7º e 8º desta Lei e segundo as funções e subfunções de governo e a natureza da despesa, detalhados até o nível de grupo de despesa, indicando ainda, a título informativo, em cada grupo, as respectivas modalidades de aplicação e fontes de recursos.

Justificativa da Emenda

A proposição em epígrafe visa dar maior detalhamento às ações propostas pelos parlamentares.

Sala das Reuniões, em 19 de agosto de 2005

Isaltino Nascimento
Deputado

À 2ª Comissão.

Emenda Nº 25/2005

Relativa à Proposição:
Projeto de Lei Ordinária
Nº 1014/2005

Publicação:02/08/2005
Ano: 2005

Ementa: Modifica o parágrafo 7º do artigo 9º, do capítulo II,

do Projeto de Lei Ordinária 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Poder Executivo.

Texto da Emenda

Artigo 1º. Modifica o parágrfo 7º, do artigo 9º, do capítulo II, do Projeto de Lei Ordinária 1014/2005, da LDO 2006, de autoria do Pode Executivo, passa a figurar com a seguinte redação:

“Artigo 9º.

Parágrafo 7º. Nas leis orçamentárias e nos balanços, as ações governamentais serão identificadas na ordem seqüencial dos códigos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais, esses três últimos por subtítulo, de acordo com os artigos 7º e 8º desta Lei.

Justificativa da Emenda

A proposição em epígrafe visa dar maior detalhamento às ações propostas pelos parlamentares.

Sala das Reuniões, em 19 de agosto de 2005

Isaltino Nascimento
Deputado

À 2ª Comissão.

Pronunciamentos

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO GUILHERME UCHOA NA REUNIÃO DO DIA 22 DE JUNHO DE 2005.
RELATIVO A IMPORTÂNCIA DOS CLUBES DE MOTOCICLISMO E A INSERÇÃO NO CALENDÁRIO TURÍSTICO DE PERNAMBUCO.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
A propósito de Indicação de minha autoria, relativo a importância dos clubes de motociclismo e sua inserção no Calendário turístico de Pernambuco, valho-me desta oportunidade para, da tribuna desta Casa, explicitar o meu propósito sobre um evento pioneiro no Estado, que é o encontro de motociclistas, de diversos clubes do gênero, com o objetivo difundir o esporte e incentivar a sua prática e o turismo, além de movimentar a economia dos municípios visitados.

Além do mais, trata-se não apenas de um acontecimento pioneiro no Estado, lembrando que o “ AMO- BAHIA” e o “AMO- RIO DE JANEIRO”, são entidades jurídicas. sem fins lucrativos, que representam os referenciados Estados da Bahia e Rio de Janeiro com grande repercussão. É uma nova proposta que, objetivamente, envidará a integração dos diversos clubes do gênero e, consequentemente, a sua representação junto aos órgãos de incentivo à cultura, considerando que vários encontros já foram realizados ao longo deste ano a exemplo o “Guaiaum Moto Fest” em Goiana; Afogados da Ingazeira Moto Fest; Caruaru Moto Fest; Arcoverde Moto Fest; Bezerros Moto Fest; Itapissuma Moto Fest, Garanhuns Moto Fest; Pombos Moto Fest, Moto Folia em Recife, com previsão de outros encontros de grande repercussão como os de 6º Encontro Moto Clube Petrolina, denominado “Moto Chico”, que representa a União de três Moto Clubes de Pernambuco e um da Bahia “Asas do Velho Chico”; “Moto Clube os Cabras” e “Moto Grupo” tendo como coordenadores os empresários Maurício Morcegão, Maurício Vieira, Zé Carlos e Montier a realizar-se nos dias 07,08,09 e 10 do mês de julho próximo vindouro, lembrando, ainda, que os “Cowboys do Asfalto” participará do “Il Surubim Moto Fest” iniciativa a realizar-se nos dias 03, 04 e 05 de fevereiro de 2006, no município de Surubim, na localidade denominada “Pátio da Usina”, com apoio da prefeitura municipal e, também, o “Moto Clube Cascavéis do Asfalto” participará do “Il Moto Fest Salgueiro”, iniciativa que terá lugar em Salgueiro nos dias 30 de setembro, 01 e 02 de outubro de 2005, com apoio da prefeitura municipal.

Trata-se de uma sociedade formada por pessoas das mais diversas profissões, que tem como lazer o motociclismo, com finalidade específica de promover a sua interiorização. Outrossim, a inserção dos Moto Clubes no roteiro turístico do Estado seria um acontecimento pioneiro, *sui generis*, a propósito do Circuito do Frio, O Festival de Inverno; O Circuito Pernambucano de Vaquejada entre outros, salientando que, nesses encontros, normalmente deles participam cerca de 1000 pessoas, ou pouco mais, movimentando a economia da região; com a rede hoteleira totalmente ocupada, o comércio é aquecido, relevando, por oportuno, tratar-se, antes de mais nada, de evento ordeiro e pacífico.

Como integrante, há vários anos, do Moto Clube Recife, nunca presenciei ou tive notícia de nenhuma violência de qualquer natureza, adiantando que médicos, advogados, empresários, magistrados, desembargadores, comerciantes, profissionais liberais são pessoas que integram este grande universo cultural. Tal iniciativa visa interagir os Estados do Nordeste com os do Sul/Sudeste e outros países. E formularei proposta ao presidente do Moto Clube Recife, empresário Tasso Sampaio homem de credibilidade e caráter exemplar, que foi o único brasileiro a percorrer 67 mil km de moto participando do aniversário dos 100 anos da *Harley-Davison* nos Estados Unidos, para que coordene a criação do “AMO-PERNAMBUCO”, no sentido de interagir e reunir os demais Moto Clubes. Ficando, dessarte, a lembrança ao presidente da Empetur, senhor Kléber Dantas e o governador do Estado, de inserir no Calendário Turístico de Pernambuco evento dessa natureza.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO GUILHERME NA REUNIÃO DO DIA 229 DE JUNHO DE 2005. UCHOA ALUSIVO AO DESARMAMENTO.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
O Brasil é o segundo país mais violento do mundo em homicídios causados por arma de fogo, perdendo apenas para a Venezuela, segundo matéria fartamente noticiada pelos principais meios de comunicação do país, considerando ainda que, nos últimos 24 anos, 550 mil brasileiros foram vítimas de armas de fogo, ou seja, pouco mais de 22 mil e 900 mortos por ano.
Ora, Senhoras e Senhores deputados, pelo que me consta, desde a vigência do Estatuto do Desarmamento em 1994 à venda de armas legais no Brasil caiu vertiginosamente, atingindo à casa dos 76%, e a concessão de porte de armas de fogo 94%. Atualmente, após a vigência da Lei 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento), a quantidade de armas de fogo autorizados no Brasil chega a ser irrisório, entretanto os índices de homicídios continuam crescendo, mostrando, assim, que não existe relação entre a venda de arma de fogo legal e o aumento de número de homicídios.
Coibir o “crime organizado”, fechando a fronteira com o Paraguai, é medida salutar posto que por ali escoam bens e vidas, e nos vemos drogas, armas ilegais e, produtos falsificados. Entretanto, para se retirar um porte de arma é necessário que o interessado não tenha antecedentes criminais, em seguida apresentar documento comprovando ocupação lícita e residência certa, comprovar capacidade técnica e aptidão para o manuseio, além de outras solicitações exigidas pela Polícia Federal e precedidas ainda, de autorização do Sistema Nacional de Armas, cujo registro só autorizará o proprietário a manter a arma, exclusivamente, no interior de sua residência ou no ambiente de trabalho, desde que o titular da arma seja, também, o responsável legal do estabelecimento ou empresa. O que significa, por outro lado, que somente com o porte autorizado pela Polícia Federal o proprietário poderá conduzir o armamento. No entanto, os índices de homicídios continuam crescendo.
Todavia, entendo que, “a necessidade de desarmar os cidadãos de bem como meio para diminuir a violência, que já atinge níveis assustadores, principalmente nas grandes cidades”... por omissão ou má fé, a propaganda relativa a violência é causada pela posse legal de armas constitui um grande equívoco, posto que torna-se mais fácil para os criminosos assaltar cidadãos desarmados.
“O cidadão que compra uma arma na loja, paga pelo registro, apresenta todos os documentos exigidos por lei, prova que trabalha e que possui residência fixa, quer garantir a legítima defesa da vida, da família e do patrimônio. Bandido não faz isso, usa armamento pesado contrabandeado ou roubado”.
O coordenador da inteligência da Polícia Civil do Rio de Janeiro, delegado Rodolfo Waldeck Penco Monteiro, disse “que 80% das armas apreendidas no Rio de Janeiro são de duas empresas localizadas em Assunção, no Paraguai. Ao participar da audiência parlamentar de inquérito – CPI do Tráfico de Armas, Monteiro informou que a cada três dias a polícia do Estado apreende dois fuzis”.
Os armamentos utilizados pelos bandidos, não é adquirido nas lojas, são ilegais a sua aquisição pelos homens de bem, levando em conta que, até a presente data não houve nenhuma entrega de AR-15, AK- 47, entre outras armas de grosso calibre nos postos oficiais espalhados pelo país. E o que é pior, em nada contribuírá para o efetivo controle da violência e de armas ilegais no Brasil.
“O tratamento às armas tem de ser diferenciado, pois, existem as ilegais e as legais. Os órgãos de fiscalização têm poder de polícia para determinar que o proprietário apresente a arma, quando assim for necessário. O Rio Grande do Sul, é o Estado mais armado do país, há uma média de 01 arma de fogo para cada 10,86 habitantes, em São Paulo existe 01 arma de fogo para cada 29 habitantes e no Rio de Janeiro há 01 arma de fogo para cada 74 habitantes. Isto é, o Rio Grande do Sul tem 07 vezes mais arma per capita do que o Rio de Janeiro e 03 vezes mais que o de São Paulo, porém com relação aos homicídios possui uma taxa de quase quatro vezes menor que o Rio de Janeiro e São Paulo”.
“A campanha, que está circunscrita ao desarmamento das pessoas de bem, como reconhece o ministro da Justiça, peca pelo exagero. Sua Excelência, criminalista de renome internacional, está a procura de solução radical que, se for adotada, transformará milhares de pessoas em criminosos, unicamente porque não estão dispostos a abrir mão do revólver que guardam para eventual defesa da família, em caso de invasão da residência. O comércio ilegal de armas de fogo é a causa do problema, que deve ser debitada ao ineficiente combate ao contrabando e ao crime organizado.”
A legislação restritiva sobre armas de fogo em outros países como a Austrália, Canadá e Grã-Bretanha falhou. A política de confisco de armas nesses países foi um fiasco de alto custo. A violência criminal não decresceu. Pelo contrário, continua aumentando. Portanto, entendemos que o banimento de armas de fogo é fantasia, posto que não protege a população. **Não defendo o uso de arma de fogo a qualquer título, mas tão somente a sua aquisição, sob controle da autoridade competente.**
“O que se pretende com a proibição? Reduzir a criminalidade é a resposta, tão imediata quanto impensada, que nos vem a cabeça. Mas é uma resposta equivocada. A proibição do comércio ilegal de armas não fará recuar nenhum milímetro da ousadia do crime organizado, não baixará a taxa de delinquência das ruas nem mesmo trará o conforto de diminuir a sensação de insegurança que, hoje, atinge em graus variados a sociedade brasileira”.

.....

“O caso da proibição do comércio de armas, a falsa sensação produzirá, no entanto, um efeito danoso: retirará do Estado a possibilidade de controle ainda que frágil, como agora, e dificultará ainda mais a investigação de crimes praticados com esse recurso”..... e o Estado perderá o controle da circulação de armas.
“Como a sensação de insegurança persistirá, porque as verdadeiras causas da criminalidade (corrupção e

impunidade) não são resolvidas em razão da deficiência do Estado, o mercado inteiro de armas de fogo irá para a clandestinidade”...

.....

“Com isso, continuaremos perdendo um importante aliado na luta contra o crime: a confiança do cidadão no Estado”.
A mercância não vai estancar simplesmente porque o Estado proibiu a comercialização de armas de fogo. Noutro argumento, a proposta do desarmamento ampla e irrestrita não trará com certeza a redução da criminalidade mas aumentar a incredulidade da população no que se refere ao combate à violência, visto que os criminosos sempre escolhem como vítimas os que são incapazes de resistir. A arma, teria, portanto, um efeito preventivo ao criar alguma dificuldade, considerando o efeito surpresa.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO NA REUNIÃO DO DIA 30 DE JUNHO DE 2005.

METAS DO PROGRAMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
SR.PRESIDENTE, SRAS. E SRS. DEPUTADOS:
VENHO A ESTA TRIBUNA RESSALTAR OS ESFORÇOS DO GOVERNO DO ESTADO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (SEDUC), NO SENTIDO DE ATRAIR INVESTIMENTOS SOCIAIS, PROMOVENDO AÇÕES QUE VIABILIZAM O ACESSO UNIVERSAL À EDUCAÇÃO E À INFORMAÇÃO DE QUALIDADE, CONTRIBUINDO PARA A CONSOLIDAÇÃO DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EM PERNAMBUCO.
NOS ÚLTIMOS DIAS, O GOVERNO DO ESTADO ASSINOU UM ACORDO COM O BANCO MUNDIAL (BIRD), EM WASHINGTON, NOS ESTADOS UNIDOS, QUE PREVÊ INVESTIMENTOS DE US\$ 31,5 MILHÕES. EM CONTRAPARTIDA, O ESTADO TERÁ QUE ASSUMIR US\$ 21 MILHÕES, TOTALIZANDO O MONTANTE DE US\$ 52,5 MILHÕES.
OS RECURSOS SERÃO APLICADOS NOS PRÓXIMOS TRÊS ANOS, NO PROGRAMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE (EDUQ), EM TRÊS SEGMENTOS DE ATUAÇÃO: INSTITUCIONAL, ENSINO E GESTÃO. AS METAS DO PROGRAMA SÃO:
AUMENTAR O PERCENTUAL DE CONCLUINTES DO ENSINO FUNDAMENTAL (4ª SÉRIE), DE 81% PARA 86%;
ELEVAR A TAXA DE CONCLUSÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL, DE 54% PARA 60%;
OTIMIZAR A TAXA DE APROVAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL, DE 69% PARA 78%;
GARANTIR O BOM DESEMPENHO DOS ALUNOS DAS ESCOLAS ESTADUAIS NOS TESTES DE APRENDIZADO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB);
REDUZIR A DISPARIDADE OCASIONADA PELA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL, DE 56% PARA 46%, E NO ENSINO MÉDIO, DE 68% PARA 60%.;
MINIMIZAR A REPETÊNCIA DOS ALUNOS DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL, DE 31% PARA 23%;
AUMENTAR A TAXA DE APROVAÇÃO NAS ESCOLAS INDÍGENAS, DE 60% PARA 70%, ALÉM DE REDUZIR A EVASÃO ESCOLAR, DE 13% PARA 10%.
RESSALTE-SE QUE NA PARTE INSTITUCIONAL, AÇÕES ESTÃO SENDO IMPLEMENTADAS NA MODERNIZAÇÃO DA SEDUC, A EXEMPLO DO PROJETO QUE OBJETIVA INTERLIGAR AS ESCOLAS PÚBLICAS, ATRAVÉS DO COMPARTILHAMENTO DE LABORATÓRIOS TECNOLÓGICOS. A INICIATIVA TAMBÉM CONTEMPLA A CAPACITAÇÃO DOS DIRETORES E REFORMA FÍSICA DE 150 ESCOLAS.
SENHOR PRESIDENTE,
INICIATIVAS COMO ESSA CERTAMENTE CONTRIBUIRÃO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO EM PERNAMBUCO, AMPLIANDO A VANTAGEM COMPETITIVA EM RELAÇÃO AO NORDESTE E, DESSA FORMA, CONSOLIDANDO SUA POSIÇÃO DE DESTAQUE NO SEGMENTO EDUCACIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL.
PARTICIPARAM DA SOLENIDADE DE ASSINATURA DO DOCUMENTO, O GOVERNADOR JARBAS VASCONCELOS, OS SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MOZART NEVES RAMOS, E DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, CLÁUDIO MARINHO, E A GERENTE DO EDUQ, TERESA NOTARO.
ERA O QUE TINHA A DIZER.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO NA REUNIÃO DO DIA 08 DE AGOSTO DE 2005.

EM DEFESA DO RESSURGIMENTO DA SUDENE
VENHO A ESTA TRIBUNA, NESTA TARDE, PARA TRATAR DE UM DOS MAIORES CRIMES CONTRA O NORDESTE, SUA ECONOMIA E SEU POVO: A EXTINÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE).
DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES EM PROJETOS NA SUDENE E NA SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM), CRIMINOSAMENTE AMPLIADOS PELA MÍDIA DO CENTRO-SUL, PRECIPITARAM OS FATOS QUE LEVARAM A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA A EXTINGUIR AS SUPERINTENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO, AO INVÉS DE REESTRUTURÁ-LAS.
SEGUIU-SE UM CAMINHO JAMAIS UTILIZADO EM RELAÇÃO A OUTROS ÓRGÃOS. O INSS, POR EXEMPLO, É UMA DAS ENTIDADES PÚBLICAS ONDE MAIS SE COMETE FRAUDES, NO ENTANTO, JAMAIS SE COGITOU DE EXTINGUI-LO; ATUALMENTE, O PAÍS ASSISTE ESTARRECIDO ÀS IRREGULARIDADES COMETIDAS PELA MÁFIA INSTALADA NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ALÉM DOS EXEMPLOS RECENTES DESCOBERTOS NO INSTITUTO RESSEGUROS DO BRASIL E NA PETROBRAS. A EXTINÇÃO DA SUDENE, DEIXOU LACUNAS IMPREEN-

CHÍVEIS, QUE PROVOCARAM DANOS IRREPARÁVEIS À NOSSA TÃO SOFRIDA REGIÃO.
A RECRIAÇÃO DA SUDENE, SRAS. E SRS. DEPUTADOS, FOI PROMETIDA PELO PRESIDENTE LULA DURANTE A CAMPANHA ELEITORAL; PROMESSA ESSA QUE FOI REITERADA POR OCASIÃO DO ANÚNCIO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76, EM CERIMÔNIA POMPOSA REALIZADA O ANO PASSADO, NA CIDADE DE FORTALEZA.
ESPERAVA-SE QUE, SENDO O PRESIDENTE DA REPÚBLICA UM NORDESTINO FUGIDO DA SECA, AS PROMESSAS FEITAS EM RELAÇÃO À SUDENE SERIAM CONCRETIZADAS DE PRONTO. INFELIZMENTE, PORÉM, O TEMPO PASSA, O NORDESTE EMPOBRECE A CADA DIA E A RECRIAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO CONTINUA SENDO MAIS UMA DAS PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS PELO GOVERNO DO LULA.
AO TRATAR DESTES ASSUNTOS NA TARDE DE HOJE, TENHO COMO OBJETIVO CONCLAMAR OS MEMBROS DESTES PODER LEGISLATIVO PARA QUE, DE FORMA SUPRAPARTIDÁRIA, FAÇAMOS UM APELO AOS LÍDERES DAS DIVERSAS BANCADAS NO SENADO FEDERAL, PARA QUE, SE UNAM EM TORNO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76. SE NOS ESFORÇARMOS, CONSEGUÍREMOS SUPERAR OS OBSTÁCULOS DA BUROCRACIA E IMPRIMIREMOS UMA ANÁLISE E A POSSÍVEL VOTAÇÃO DO PROJETO EM UM RITMO COMPATÍVEL COM A SUA IMPORTÂNCIA.
O NORDESTE PRECISA URGENTEMENTE DE UMA SUDENE FORTE, ÁGIL, MODERNA, LIVRE DOS ARTIFÍCIOS QUE AO LONGO DE SUA EXISTÊNCIA MACULARAM SUA IMAGEM E CONTRIBUÍRAM PARA O ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DE ALGUNS MAUS BRASILEIROS! A SUDENE É INDISPENSÁVEL AO NOSSO DESENVOLVIMENTO! É A UMA DAS PRINCIPAIS FERRAMENTAS QUE DISPOMOS PARA DIMINUIR O ABISMO EXISTENTE ENTRE O NORDESTE E O CENTRO-SUL.
NÃO HÁ COMO IMAGINAR UM PAÍS COM A DIMENSÃO DO BRASIL E COM AS PECULIARIDADES DE CADA REGIÃO SEM UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.
ISSO É O QUE EXIGE O BOM SENSO, A BOA POLÍTICA ADMINISTRATIVA, E O MAIS IMPORTANTE, O PRECEITO CONSTITUCIONAL QUANDO DETERMINA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS, COMPARADAS ÀS CHAGAS ABERTAS, QUE A CADA DIA AUMENTA A DISTÂNCIA ENTRE AS NECESSIDADES DO NORDESTE E A PROSPERIDADE DO SUL E DO SUDESTE.
A CONSTITUIÇÃO DE 1988, POPULARMENTE DENOMINADA “CONSTITUIÇÃO CIDADÃ”, NO SEU ART. 165, PARÁGRAFO 1º, ESTABELECE QUE “A LEI QUE INSTITUIR O PLANO PLURIANUAL ESTABELEÇERÁ DE FORMA REGIONALIZADA AS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL...”
NO MESMO ARTIGO, NO PARÁGRAFO 4º, DIZ COM CLAREZA: “OS PLANOS E PROGRAMAS NACIONAIS REGIONAIS E SETORIAIS PREVISTOS NESTA CONSTITUIÇÃO SERÃO ELABORADOS EM CONSONÂNCIA COM O PLANO PLURIANUAL E APRECIADOS PELO CONGRESSO NACIONAL”.
PREZADOS DEPUTADOS,
ONDE ESTÁ O PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE A SER OBRIGATORIAMENTE PROPOSTO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO CONGRESSO? OU O PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA? OU O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE? O PLANO PLURIANUAL COMO ESTÁ É APENAS E TÃO SOMENTE UM CONJUNTO DE INTENÇÕES.
SEM UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SEM A PRESENÇA DE UM ORGANISMO COM A ESTRUTURA DA SUDENE, ESTAMOS CONDENADOS A PERMANECER A REBOQUE DAS REGIÕES MAIS DESENVOLVIDAS DO PAÍS. SERVIREMOS APENAS COMO CENÁRIO PARA MANIFESTAÇÕES MERAMENTE EMOCIONAIS EM ÉPOCA DE SECAS OU DE ENCHENTES.
SR. PRESIDENTE, SRAS. E SRS. DEPUTADOS:
ENQUANTO A NOSSA REGIÃO MENDIGA RECURSOS PARA O SEU DESENVOLVIMENTO, CERCA DE R\$ 1,8 BILHÃO DO FINOR PERMANEÇAM BLOQUEADOS NO TESOURO EM NOME DAQUELA QUE SERIA A SUCESSORA DA SUDENE: A NATIMORTA ADENE.
ESTAMOS NO INÍCIO DE UM NOVO SÉCULO! NÃO PODEMOS PERMITIR, COM INDIFFERENÇA, QUE A PROFUNDA DESIGUALDADE QUE CARACTERIZA AS DIVERSAS REGIÕES DO PAÍS PERMANEÇAM INTOCADAS. PRECISAMOS NOS UNIR NA LUTA POR UM BRASIL MAIS HOMOGÊNEO DO PONTO DE VISTA ECONÔMICO E SOCIAL. E ISTO SÓ SERÁ POSSÍVEL SE TIVERMOS UMA POLÍTICA ESPECIAL PARA AS DIVERSAS REGIÕES DO PAÍS, QUE SE MATERIALIZE NUM PLANEJAMENTO REGIONALIZADO.
PARA O NORDESTE, PLANEJAMENTO REGIONALIZADO CHAMA-SE SUDENE – SINÔNIMO DE DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO, EMPREGO, RENDA, EDUCAÇÃO, SAÚDE E CIDADANIA.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO GERALDO COELHO NA REUNIÃO DO DIA 17 DE AGOSTO DE 2005.

Senhor Presidente,
Senhoras Deputadas,
Senhores Deputados,
Após o falecimento de Miguel Arraes, venho acompanhando pela imprensa os depoimentos de várias lideranças do Estado e do País, e aí associo à minha memória em razão dos meus 79 anos de idade.
Recordo o tempo de Agamenon Magalhães, Barbosa Lima, Etelvino Lins, Cid Sampaio e tantos outros Governadores até o dia de hoje na figura do Governador Jarbas Vasconcelos.
Diplomei-me em Engenharia Civil no ano de 1948 e desde então comecei a agir prestando assessoria política aos

prefeitos de Petrolina. Fui Vereador durante 09 anos e Prefeito durante 04 anos e hoje desfruto do 5º mandato de Deputado.

As lideranças deste Estado, ao longo dos anos, se aproximaram e se distanciaram, buscando acima de tudo a conquista do poder para se afirmarem com suas idéias quer individuais, quer coletivas em favor da prosperidade, entendida como uma Lei humana e divina.

Assim todas elas, sem exceção, a favor do Estado e de uma vida melhor para o povo, sempre souberam se degladiarem nos palanques, mas somarem nas ações, daí uma das razões de tantos depoimentos grandiosos à pessoa do Dr. Arraes, que jamais silenciou quando foi esperado o seu grito.

Como Deputado Estadual tive momentos de divergência política com Miguel Arraes em 02 mandatos, sem no entanto deixar de haver um respeito e uma admiração no relacionamento pessoal. Soubemos ser adversários políticos produtivos.

Arraes pautou sua luta política em favor das causas populares, notadamente com uma política social que procurou justiça para o povo da zona rural. Dizia que a miséria era tão cruel, que tudo teria que começar pelo assistencialismo.

Nossas idéias convergiram muito na mesma direção, quando as idéias e as ações do Governo se concretizavam em obras como construção de açudes, de barragens, de poços, de cisternas, de escolas, de eletrificações, de distribuição de sementes, de carros-pipa e tantas outras que tiveram o meu entendimento e o mais irrestrito apoio. Tais obras foram sempre partes indissociáveis dos seus governos.

Os Projetos tantos de captação de recursos para o desenvolvimento do Estado como um todo, sempre tiveram o meu apoio e a congregação de esforços junto ao Parlamento para de forma civilizada, acompanhar a correta aplicação dos recursos.

Fazer críticas, às vezes de forma muito contundente, é fato comum aos Partidos de Oposição e assim sempre busquei que o meu Partido e os meus aliados agissem com relação aos propósitos dos Governos de Arraes. Apontávamos dificuldades sem negar o que estava sendo feito.

Ressalvo que sempre houve nos tempos de Arraes, o bom entendimento para que os Poderes conservassem o mais equânime e o mais cordial relacionamento. Fui Presidente da Comissão de Finanças e fui parte coerente de tal processo.

Quero ressaltar aqui que quando o Governo Federal criou o Projeto SIMPLES, houve uma forte resistência do Estado em se integrar o que exigiu da nossa parte junto à Secretaria da Fazenda, na figura do seu titular Eduardo Campos, uma série de audiências públicas e reuniões da Comissão de Finanças, cujos frutos foram positivos com a integração do Estado ao Projeto, que teve no Governo de Jarbas Vasconcelos o aperfeiçoamento ideal

Fica aqui portanto, registrada com muita sinceridade minha análise sobre a sua personalidade política e o meu respeito como cidadão à sua pessoa e aos seus familiares.

Portarias

PORTARIA Nº 67

A SUPERINTENDÊNCIA GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 447105/2005 e laudo da Junta Médica e de Aposentadoria da ALEPE,
RESOLVE: Considerar licenciado, por 20(vinte) dias, a partir de 02 de agosto do corrente ano, para tratamento de saúde, o servidor **ALEXANDRE RICARDO CAVALCANTI FERREIRA DE OLIVEIRA**, Agente de Segurança, Nível I, Classe 5, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, nos termos do Art.109, inciso II da Lei nº 6.123/68.
Sala Austro Costa, 18 de agosto de 2005

EVA MARIA DE ANDRADE LIMA

Superintendente Geral

PORTARIA Nº 68

A SUPERINTENDÊNCIA GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 617916/2005 e laudo da Junta Médica e de Aposentadoria da ALEPE,
RESOLVE: Considerar licenciado, por 07(sete) dias, a partir de 1º de agosto do corrente ano, para tratamento de saúde, o servidor **CARLOS ALBERTO NEVES DE SOUZA**, Agente de Segurança, Nível I, Classe 6, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, nos termos do Art.109, inciso II da Lei nº 6.123/68.
Sala Austro Costa, 18 de agosto de 2005

EVA MARIA DE ANDRADE LIMA

Superintendente Geral

PORTARIA Nº 69

A SUPERINTENDÊNCIA GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE: fazer retornar ao Órgão de Origem os servidores **DJALMA AUGUSTO DE MORAIS** e **CICERO RANYERI ARAÚJO**, ambos, ora à Disposição deste Poder.

Sala Austro Costa, 18 de agosto de 2005

EVA MARIA DE ANDRADE LIMA

Superintendente Geral